

que estamos requerendo. Sem argumentar ainda que na maioria das vezes são os mesmos profissionais que prestam serviços dentro e fora dos hospitais, para os mesmos pacientes e tendo regime tributário conflitante.

O não entendimento do acima exposto pela Receita Federal terá como consequência o fechamento de inúmeras clínicas radiológicas e laboratórios brasileiros, e com isso impedindo o acesso da população a proteção da sua saúde, que o poder público está muito longe de ser auto-suficiente e obrigatoriamente tem que se valer da iniciativa privada para atender a população.

Definitivamente não teremos condições de competir com os mesmos serviços e tratamento tributário injusto e infinitamente maior.

O Colégio Brasileiro de Radiologia e a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica representados pelo Dr. Manoel Aparecido Gomes da Silva, Médico Radiologista em Brasília, acompanharam a Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso, que iniciou entendimentos com o Sr. Secretário da Receita Federal, o Dr. Jorge Antonio Deher Rachid, para reverter tal condição tributária injusta para nós e que recentemente foi modificada.

A Diretoria do CBR já havia realizado reunião, em São Paulo, com o Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, por ocasião da inauguração da sua nova sede em dezembro último, explicando a modificação das alíquotas dos impostos citados e a inviabilidade do exercício de nossas atividades. O Deputado mostrou-se sensibilizado e

manteve contato telefônico com o Secretário da Receita Federal a fim de atender ao pedido das nossas Associações.

A Senadora Serys Slhessarenko comprometeu-se a transformar o documento entregue ao Secretário da Receita Federal em projeto de Lei, após o recesso parlamentar.

Não estamos pedindo isenção de tributos, porém solicitando tratamento igual para os laboratórios e clínicas de imagem (aqui incluída a medicina nuclear e radioterapia) aos hospitais que possuem os serviços próprios de imagem e patologia clínica.

O CBR está atento e agindo na defesa dos interesses dos seus associados. Vamos aguardar os resultados.

Dr. Sebastião Cezar Mendes Tramontin
é Diretor de Defesa Profissional do CBR

Ainda sobre o IRPJ

As clínicas de imagem podem optar pelo lucro real ou pelo lucro presumido na hora de fazer a sua declaração. Se a opção for o lucro presumido que é o caso da maioria esmagadora das clínicas de imagens, há uma reivindicação antiga de se equipararem aos hospitais que utilizam o percentual de 8% como base de cálculo para pagamento do tributo devido.

Conseguimos as duras penas após um trabalho conjunto do CBR e Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (SBPC), que fosse editada uma instrução normativa nº 539 artigo 1º que alterou a IN SRF 480 de 2004, pela qual nos teríamos que recolher com base de 32%. O CBR e a SBPC representadas neste ato pelo então presidente Dr. Aldemir Humberto Soares e Dr. Arthur Lobo, vice-presidente do CBR - Região Norte, e pela SBPC os Drs. Paulo Azevedo e Wilson Scholnik, estiveram em Brasília na SRF acompanhados das senadoras Ana Julia Carepa (PT-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT), contando também com a ajuda dos senadores

José Sarney (PMDB-MA), Papaleo Paes (PMDB-AP), Tião Viana (PT-AC) e Luiz Octavio Campos (PMDB-PA).

Outras áreas de atuação médica como a Oftalmologia e a Endoscopia começaram a questionar se do mesmo modo não poderiam ser contemplados pela mesma IN e pagar sob 8% também. O STJ começou a dar pareceres diferentes entre as turmas do tribunal. Diante disto a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), questionou a SRF fazendo com que a mesma editasse no fechar das luzes de 2007 o ato declaratório interpretativo da RFB, nº 19 de 7/12/2007 e a Instrução normativa nº 791 de 10/12/2007, que nos colocou fora de serviço hospitalar e, portanto voltamos a base de cálculo de 32 % pelo lucro presumido o que resultou num gigantesco impacto tributário ferindo o princípio constitucional da isonomia tributária que diz: "produtos iguais tributos iguais", ou seja uma radiografia do tórax feita em uma clínica de radiologia tem que ter a mesma carga tributária de uma feita por um hospital. Esta decisão da SRF coloca as clínicas em uma desvantagem gigantesca perante as instituições hospitalares.

De imediato o CBR e a SBPC, uniram os esforços e contrataram dois advogados, os Dr. Caio Trindade e Diogo Trindade, tributaristas e com trânsito em Brasília para atuarem junto aos ministros do STJ e tentar sensibilizá-los da nossa reivindicação. Ao mesmo tempo agendamos através da Senadora Serys Slhessarenko e do Presidente da Câmara Federal, Deputado Arlindo Chinaglia uma audiência com o Secretário da Receita federal, Sr. Jorge Rachid, desta vez o CBR representado pelo Dr. Arthur Lobo e a SBPC pelo Dr. Paulo Azevedo, contando com a companhia da Senadora Serys e de sua assessoria. Foram feitas a nossa explanação e a do Sr. Secretário da RF, e acordado que seria mandado um documento das duas sociedades assinado pelos respectivos presidentes para ser entregue no início de 2008 o que foi feito há duas semanas. Estamos no aguardo da decisão da SRF.

Dr. Arthur de Paula Lobo é
vice-presidente do CBR –
Região Norte